



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 176992 - RS (2021/0002025-7)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
SUSCITANTE : **PAQUETA CALÇADOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **JOÃO CARLOS LOPES SCALZILLI E OUTRO(S) - RS016581**
MARCELO BAGGIO - RS056541
JOAO PEDRO DE SOUZA SCALZILLI - RS061716
AQUILES E SILVA MACIEL - RS109422
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE SAPIRANGA - RS**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE FEIRA DE SANTANA - BA**
INDICIADO : **JOENILSON DOS REIS CARMO**
ADVOGADOS : **IRINEU BISPO DE JESUS NETO - BA034752**
JAIME CARDOSO FILHO - BA055818
VIVIANE SANTANA MORAES - BA034867

DECISÃO

Trata-se de conflito de competência suscitado por PAQUETÁ CALÇADOS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) em que aponta como suscitados o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Sapiiranga (RS) e Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Feira de Santana (BA).

Em 27/6/2019, foi deferido o processamento da recuperação judicial da suscitante pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Sapiiranga. Foram suspensas as ações ou execuções contra a recuperanda (fls. 54-61).

Aduz a suscitante que, "em 08 de agosto de 2019, Joenilson dos Reis Carmo ajuizou reclamatória trabalhista em face de Paquetá Calçados Ltda., perante a 2ª Vara do Trabalho de Feira de Santana, BA, pleiteando o pagamento do valor de verbas trabalhistas do período trabalhado na empresa, de 20 de setembro de 2006 a 12 de junho de 2019. A reclamatória trabalhista tomou o n. 0000683-19.2019.5.05.0192 (Doc. 02)" (fl. 4).

Alegou ainda que o referido reclamante informou, nos autos da ação trabalhista, a existência de valores bloqueados em ação cautelar que corre no Juízo da Vara do Trabalho de Conceição do Coité (BA), bem como postulou a transferência desses valores para o Juízo Trabalhista ora suscitado, a fim de que fossem liberados para o pagamento de seu crédito, o que foi deferido pelo citado juízo (fl. 72).

Aponta a existência de conflito positivo de competência e defende a exclusividade do Juízo da recuperação judicial – Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Sapiiranga – para a adoção de atos constitutivos relativos ao patrimônio da recuperanda.

Postula, liminarmente, que "seja obstada qualquer medida visando satisfação do credor trabalhista, bem como a liberação de qualquer valor para pagamento, no âmbito da reclamatória trabalhista n. 0000683-19.2019.5.05.0192, com imediata suspensão da reclamatória trabalhista" (fl. 13).

É o relatório. Decido.

Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os atos de execução dos créditos individuais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial sob a égide do Decreto-Lei n 7.661/45 ou da Lei n. 11.101/2005 ou quaisquer outros atos judiciais que envolvam o patrimônio das citadas empresas devem ser realizados pelo juízo universal.

Todavia, na espécie, não estão preenchidos os requisitos da concessão da medida liminar postulada, inicialmente, porque a reclamatória trabalhista foi ajuizada após o processamento da recuperação judicial. Ademais, não há demonstração de que o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Feira de Santana (BA) tenha determinado atos de execução sobre o patrimônio da suscitante, que estejam na iminência de serem efetivados e capazes de caracterizar o *periculum in mora* autorizador da liminar postulada.

Nos documentos juntados, relativamente à Reclamação Trabalhista n. 0000683-19.2019.5.05.0192, há apenas a sentença, proferida em 26 de fevereiro de 2020, em que o magistrado autoriza o envio de ofício à Vara do Trabalho de Conceição do Coité, solicitando informações sobre saldo de bloqueio realizado em data anterior ao deferimento da recuperação judicial e, em caso positivo, que eventual quantia fosse colocada à disposição do referido juízo (fl. 72).

Assim, por não haver nos autos demonstração da iminência da prática de atos constitutivos em desfavor da suscitante, *prima facie*, não se verifica a necessidade de eventual concessão da medida liminar.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de ulterior deliberação pelo ministro relator.

Comunique-se aos Juízos suscitados para que prestem as devidas informações no prazo de 10 dias.

Após, dê-se vistas ao Ministério Público Federal.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao relator.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente